

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 64066.007840/2025-88)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Eventual aquisição de Máquinas e Equipamentos, de natureza comum, para atender às demandas do setor de Aprovisionamento do 47º BI, no âmbito do Programa de Auditoria em Segurança Alimentar (PASA), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMA T	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
1	Balança Comercial, certificação INMETRO, Capacidade: 30 KG, Largura: 470 MM, Profundidade: 420 MM, Tipo Pannel: Digital Luminoso , Divisões Pannel: 5	212166	UND	1	2	R\$ 650,00	R\$ 1.300,00
2	Balança Eletrônica Capacidade Pesagem: 300 KG, Voltagem: 110/220 V, Características Adicionais: Plataforma Em	617857	UND	1	2	R\$ 1.600,00	R\$ 3.200,00

	Chapa De Aço, Tecla Zero E Tara , Tipo: Plataforma, Sem Coluna , Número Dígitos: 6 , Dimensões: 80 X 80 CM, Sensibilidade: 100 G, Material: Aço						
3	Batedeira Industrial Material Corpo: Aço , Capacidade: 18 L, Potência Motor: 1 CV, Características Adicionais: Planetária, C/ Regulador De Velocidade , Tensão Alimentação: Bivolt	445087	UND	1	2	R\$ 4.519,99	R\$ 9.039,98
4	Carrinho Distribuição Material Bandeja: Aço Inoxidável , Material Estrutura: Tubo Aço Inoxidável , Tipo: 4 Bandejas , Tipo Rodízio: 4 Giratórios , Aplicação: Transporte Cubas Gastronorm , Comprimento: 230 CM, Largura: 80 CM, Altura: 85 CM, Características Adicionais: Freio	617499	UND	1	1	R\$ 2.890,00	R\$ 2.890,00

	Nas Rodas Traseiras , Acabamento Superficial: Aço Inoxidável , Cor: Inox						
5	Carro Carga Material: Chapa Aço Reforçada , Tipo: Plataforma , Capacidade Carga: 600 KG, Quantidade Rodízios: 4 UN, Tipo Rodízio: 2 Fixos E 2 Giratórios , Comprimento: 150 CM, Largura: 75 CM, Altura: 45 CM, Características Adicionais: Com 4 Rodas Pneumáticas, 2 Montadas E 2 Com Freio	480098	UND	1	1	R\$ 1.650,00	R\$ 1.650,00
6	Cilindro Elétrico Material: Ferro Fundido , Potência Motor: 1/2 HP, Comprimento Cilindro: 20 CM, Tensão Alimentação: 110/220 V, Características Adicionais: C/ Batedor E Regulador Da Espessura Massa ,	275470	UND	1	2	R\$ 6.416,00	R\$ 12.832,0 0

	Acabamento Superficial: Pintura Em Epóxi						
7	Cortina Ar Material: Metal E Plástico , Comprimento: 200 CM, Potência: 600 W, Tensão: 127/220	620814	UND	5	10	R\$ 1.091,00	R\$ 10.910,00
8	Estrado Modular Material: Polietileno Alta Densidade , Comprimento: 50 CM, Largura: 50 CM, Altura: 5 CM, Capacidade Carga: 20 T/M², Características Adicionais: Com Encaixe	451531	UND	10	15	R\$ 45,00	R\$ 675,00
9	Máquina Fatiadora Material: Aço Inoxidável , Material Lâmina: Aço Alemão , Diâmetro: 370 MM, Potência: 5 HP, Tipo Motor: Monofásico , Frequência: 60 Ciclos E 580 Giros Lâmina/Minuto , Alimentação: 110/220 V, Aplicação: Processamento Carnes	230201	UND	1	2	R\$ 7.199,40	R\$ 14.398,80

10	Fogareiro Material: Aço Inoxidável , Aplicação: Sistema Rechaud , Capacidade Reservatório: 9 L, Altura: 31 CM, Características Adicionais: 2 Bocas, 1 Cuba	473258	UND	4	8	R\$ 537,00	R\$ 4.296,00
11	Lavatório Mãos Material: Aço Inoxidável , Comprimento: 385 MM, Largura: 430 MM, Altura: 375 MM, Características Adicionais: Acionamento Pedal E Torneira Com Temporizador	475043	UND	1	2	R\$ 1.420,00	R\$ 2.840,00
12	Máquina Fabricar Gelo Material Gabinete: Aço Inoxidável , Comprimento: 54 CM, Largura: 89 CM, Altura: 110 CM, Voltagem: 110 V, Capacidade De Produção: 175 KG/DIA, Tipo Gelo: Cubo	327176	UND	1	2	R\$ 4.100,00	R\$ 8.200,00
13	Paleta Material: Polietileno , Comprimento: 1000 MM,	601910	UND	3	6	R\$ 278,00	R\$ 1.668,00

	Largura: 1.200 MM, Altura: 180 MM, Características Adicionais: 3 Longarinas Face Vazada., Capacidade: Até 4500 Kg.						
14	Lava-Louças Material: Aço Inoxidável Aisi 304 , Tensão: 220 V, Consumo De Água Por Ciclo: 300 L/H, Temperatura De Lavagem: 62 A 71 °C, Temperatura Secagem: 85 °C, Potência: 52 / 56,6 KW, Dimensões: 270 X 80 X 185 CM, Capacidade Por Ciclo: 100 / 150 / 225 Cesto/Hora	615122	UND	1	2	R\$ 32.619,00	R\$ 65.238,00
15	Moedor De Carne Industrial Material Corpo: Aço Inoxidável , Material Bandeja: Aço Inoxidável , Características Adicionais: 220 Volts, Boca 22 , Capacidade Moagem: 300 KG/H, Potência Motor: 1,25 H	451437	UND	1	1	R\$ 3.889,00	R\$ 3.889,00

16	Processador Alimentos Material Corpo: Aço Inoxidável , Função Disco: Ralador/Fatiador E Desfiador , Tensão: 220 V, Potência: 1.500 W, Características Adicionais: Kit: Lâminas Com Diversos Tipos De Corte, Raladore , Capacidade: 500 KG/	615816	UND	1	2	R\$ 4.198,00	R\$ 8.396,00
17	Bebedouro Água Tipo: Industrial , Voltagem: 127/220 V, Material Gabinete: Aço Inoxidável , Capacidade Água: 200 L, Material Corpo: Aço Inoxidável	611720	UND	1	2	R\$ 4.218,00	R\$ 8.436,00
18	Freezer Tipo: Horizontal , Capacidade: 534 L, Quantidade Tampas: 2 UN, Sistema Degelo: Automático , Cor: Branca , Temperatura Operação: -18 E -25° E +1 E +5° °C, Tensão Alimentação: 110/220 V, Características	627990	UND	2	4	R\$ 4.409,55	R\$ 17.638,2 0

	Adicionais: Dupla Ação, Dreno Frontal E 4 Rodízios						
19	Buffet Material Estrutura: Mdf , Comprimento: 192 CM, Altura: 140 , Profundidade: 105 CM, Largura: 120 CM, Tensão: 220 V, Capacidade: 10 Cubas , Aplicação: Pratos Frios , Características Adicionais: Acabamento: Borda Em Granito	629350	UND	1	2	R\$ 11.951,0 0	R\$ 23.902,0 0
20	Divisora De Coluna Massa Alimentícia Material Estrutura: Aço Carbono Fundido , Material Navalha: Aço E Teflon , Sistema Acionamento: Alavanca / Manual , Quantidade Divisórias: 30 UN, Acabamento Superficial: Pintura Em Epóxi , Características Adicionais: Uniformidade No Corte, Anti-Aderente, Tampa E Mesa , Comprimento: 0,50 M, Largura:	304514	UND	1	2	R\$ 2.145,00	R\$ 4.290,00

	0,83 M, Altura: 0,94 M, Peso: 168 K						
21	Refrigerador Expositor Tipo: Vertical , Capacidade: 338 L, Aplicação: Refrigerar Alimentos , Características Adicionais: Iluminação Interna , Voltagem: 127 V, Temperatura: 0 A 10 °	617469	UND	1	2	R\$ 3.888,42	R\$ 7.776,84
22	Fritadeira Material Estrutura: Aço Inoxidável Aisi 304 , Potência: 15 KW, Tensão Alimentação: 220 - Trifásico V, Temperatura: 200 °C, Capacidade: 30 L, Características Adicionais: 02 Cestos Para Frituras E Grade Inferior Interna	451180.	UND	2	4	R\$ 3.091,00	R\$ 12.364,0 0
23	Recipiente Alimentos Material: Aço Inoxidável Aisi 304 , Capacidade: 6,1 L, Características Adicionais: Com	467188	UND	6	12	R\$ 99,20	R\$ 1.190,40

	Alça , Referência: 1/1-40 M						
24	Mesa Copa/Cozinha Material Mesa: Estrutura Tubular Com Tampo Granito , Forma Mesa: Retangular , Comprimento Mesa: 1,60 M, Largura Mesa: 1,00 M, Quantidade Cadeiras: 6 UN, Material Cadeira: Tubo Aço , Tipo Assento: Estofado , Cor Cadeira: preto, Características Adicionais: Estrutura Tubular Na Cor Preta	399167	Conjunto	30	60	R\$ 1.220,00	R\$ 73.200,0 0
25	Forno Industrial Tipo: Elétrico , Material: Chapa Aço Inoxidável , Tensão Alimentação: 110 V, Comprimento: 950 MM, Largura: 650 MM, Altura: 480 MM, Consumo: 2.500 W, Capacidade: 100 L, Faixa Temperatura: 0 A 300 °C, Componentes: Com Cavalete	484396	UND	1	2	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00

	Estrutura Pintada , Aplicação: Cozinha						
26	Ralador Elétrico Material: Aço Inoxidável , Tensão: 110/220 V, Aplicação: Industrial , Finalidade: Ralar Côco E Queijo , Espessura Disco: Fino / Médio / Grosso , Potência Motor: 1/2 H	254017	UND	2	3	R\$ 1.649,30	R\$ 4.947,90
27	Equipamento Multiuso Cozinha Material Estrutura: Aço Inoxidável Aisi 304 , Comprimento: 700 MM, Largura: 750 MM, Altura: 1900 MM, Material Isolamento: Espuma Poliuretano Injetado , Quantidade Portas: 2 UN, Aplicação: Distribuição De Alimentos Quentes , Características Adicionais: Prateleiras Internas C/ Encaixe Cantoneira, Resis ,	319253	UND	1	2	R\$ 6.534,00	R\$ 13.068,0 0

	<p>Tipo</p> <p>Funcionamento:</p> <p>Aquecido ,</p> <p>Voltagem: 220 V,</p> <p>Resistência: 1.000</p>						
28	<p>Coifa em aço inoxidável, tipo suspensa, destinada à instalação em ambiente de cozinha, fornecida como sistema completo de exaustão, composta, no mínimo, por coifa, exaustor, dutos, filtros, suportes, conexões e demais componentes necessários ao pleno funcionamento do sistema, devidamente compatíveis entre si, incluindo todos os acessórios indispensáveis à montagem, instalação e operação. A contratação deverá contemplar o fornecimento do equipamento e a execução da instalação completa no local indicado pela Administração, incluindo fixação,</p>	215388	UND	1	1	R\$ 12.883,3 0	R\$ 12.883,3 0

	interligação dos componentes, ajustes, testes de funcionamento e entrega em plenas condições de uso, conforme normas técnicas aplicáveis e orientações do fabricante.						
29	Mesa Material: Aço Inoxidável , Comprimento: 190 CM, Largura: 85 CM, Altura: 90 CM, Profundidade: 70 CM, Características Adicionais: Tampo Liso E Prateleira Gradeada	624523	UND	2	4	R\$ 1.338,00	R\$ 5.352,00
30	Relógio Material: Aço , Tipo: Parede , Mostrador: Digital , Funcionamento: Eletrônico , Acabamento Superficial: Pintura Anticorrosiva , Cor: Preta	341314	UND	5	10	R\$ 139,00	R\$ 1.390,00
31	Forno Industrial Tipo: A Gás , Material: Chapa Aço Inoxidável , Acabamento Superficial: Pintado Em Epóxi	486588	UND	1	2	R\$ 7.998,00	R\$ 15.996,0 0

	, Tensão Alimentação: 220 V, Características Adicionais: 16 Assadeiras,C/ Vapor,Nto Automático, 2 Turbinas , Faixa Temperatura: 250 °						
32	Recipiente Alimentos Material: Aço Inoxidável , Aplicação: Cozinha , Características Adicionais: Com Alça E Tampa , Referência: 1/2-100 MM, Formato: Cuba	397757	UND	12	24	R\$ 121,68	R\$ 2.920,32
33	Termômetro Tipo: Digital , Faixa Medição Temperatura: -30 A 600 °C, Aplicação: Leitura De Temperatura Por Infravermelho , Material: Plástico , Características Adicionais: De Acordo Com O Ensaio Mqt 2 Da Iec 61215-2:2021 , Precisão: +/- 1 °C, Alimentação: Bateria	631686	UND	3	5	R\$ 78,90	R\$ 394,50

34	Pia Material: Aço Inoxidável Aisi 304 , Tipo: Cozinha Industrial , Comprimento: 200 CM, Largura: 70 CM, Quantidade Cubas: 2 UN, Comprimento Cubas: 80 CM, Largura Cubas: 40 CM, Profundidade Cubas: 50 CM, Características Adicionais: Completa, Válvula Escape, Cantos Arredondados, Es	363408	UND	1	2	R\$ 2.200,00	R\$ 4.400,00
35	Lixeira Material: Aço Inox Aisi 304 , Capacidade: 80 L, Tipo: Cesto Móvel, Alça, Tampa E Acionamento Por Pedal , Características Adicionais: Conforme Modelo , Aplicação: Porta Detrito	465488	UND	4	8	R\$ 785,00	R\$ 6.280,00
36	Lavadora Alta Pressão Potência Consumida: 1900 W, Tensão: 127 V, Vazão: 360 L/H, Pressão: 2400 PSI, Frequência: 60	624559	UND	1	1	R\$ 1.460,00	R\$ 1.460,00

	HZ, Características Adicionais: Mangueira Trama De Aço , Acessórios: : Bico Regulável, Bico Turbo						
37	Modeladora Massa Panificação Tipo: Monofásica , Dimensões: 74 X 74 X 125 CM, Potência Motor: 1/2 CV, Tensão Alimentação: 220 V, Consumo: 0,25 KW/H, Peso: 108 KG, Capacidade Produção: 4.000 Pães/Hora , Características Adicionais: Industrial, Cavalete Ferro Inteiro C/ Rodízios	304570	UND	1	2	R\$ 4.698,00	R\$ 9.396,00
38	Fogão Industrial Material: Aço Inoxidável , Funcionamento: Gás , Tipo Acendimento: Manual , Tipo Uso: Cozinhar Alimentos , Características Adicionais: Sem Forno E Queimador Duplo , Quantidade	630698	UND	1	2	R\$ 3.795,50	R\$ 7.591,00

	Bocas: 8 UN, Aplicação: Alimentação E Nutrição						
39	Estante Material: Aço Carbono , Altura: 2,00 M, Profundidade: 0,58 M, Tratamento Superficial: Pintura , Cor: Cinza , Tipo Fixação: Parafusos , Características Adicionais: Suporta Até 100 Kg Por Prateleira , Largura: 0,92 M, Quantidade Prateleiras: 16 UN, Material Prateleiras: Aço Carbono	631574	UND	4	8	R\$ 942,00	R\$ 7.536,00
40	Liquidificador Industrial Material Copo: Aço Inoxidável , Material Base: Aço Inox , Capacidade: 25 L, Potência Motor: 1,2 CV, Tensão Nominal: 220 V, Aplicação: Industrial	451186	UND	2	3	R\$ 1.503,77	R\$ 4.511,31
41	Caixa Gordura Material: Pvc - Cloreto De Polivinila , Tipo:	428351	UND	5	10	R\$ 102,83	R\$ 1.028,30

	Cilíndrica , Diâmetro Entrada: 50 E 75 MM, Diâmetro Saída: 100 M						
42	Armário Panificação Material: Chapa De Aço , Altura: 1,98 M, Largura: 65 CM, Profundidade: 72 CM, Acabamento Superficial: Pintado Em Epóxi , Características Adicionais: Com 20 Esteiras Modelo Fechado, Visor De Vidro Na	481714	UND	1	2	R\$ 1.572,00	R\$ 3.144,00
43	Torneira Material Corpo: Metal , Tipo: Bica Alta , Diâmetro: 1/4 POL, Acabamento Superficial: Cromado , Características Adicionais: Bica Móvel Giratória , Aplicação: Cozinha	627147	UND	5	10	R\$ 66,13	R\$ 661,30
44	Buffet Material Estrutura: Mdf , Comprimento: 192 CM, Altura: 140 , Profundidade: 105 CM, Largura: 120	629350	UND	1	3	R\$ 11.951,0 0	R\$ 35.853,0 0

	CM, Tensão: 220 V, Capacidade: 10 Cubas , Aplicação: Pratos Frios, linha fria, Características Adicionais: Acabamento: Borda Em Granito						
45	Buffet Material Estrutura: Mdf , Comprimento: 192 CM, Altura: 140 , Profundidade: 105 CM, Largura: 120 CM, Tensão: 220 V, Capacidade: 10 Cubas , Aplicação: Pratos quentes, linha quente Características Adicionais: Acabamento: Borda Em Granito	629350	UND	1	3	R\$ 11.951,00	R\$ 35.853,00
46	Tanque Tipo: Tanque De Lavagem , Material: Aço Inox Aisi 430 , Capacidade: 305 litros, Aplicação: Lavagem , Características Adicionais: Com Pés Em Tubo De Aço Inoxidável,	623781	UND	3	6	R\$ 3.200,00	R\$ 19.200,00

	Sapatas Em Nylon						
47	Armário Estante Material: Aço , Largura: 1 M, comprimento: 0,50 M, Altura: 4 M, Cor: preto, , Quantidade Prateleiras Internas: 4 UN, Características Adicionais: Prateleiras Reguláveis	252015	UND	4	8	R\$ 1.326,00	R\$ 10.608,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. . Os equipamentos de cozinha industrial devem estar de acordo com as normas da ANVISA e do INMETRO, por isso alguns pontos específicos merecem atenção. Portanto, para os seguintes equipamentos devem ser observados o seguinte:

1.4.1 Refrigeradores e Freezers 1. 2. 1. 2. 1. 2. 1. 2. 1. 2.

INMETRO: Os refrigeradores e freezers devem possuir certificação de eficiência energética, atendendo aos requisitos de segurança elétrica e eficiência de consumo. ANVISA: A ANVISA exige que esses equipamentos mantenham temperaturas adequadas para o armazenamento seguro de alimentos, prevenindo contaminações. Verifique também a facilidade de higienização e o uso de materiais resistentes à corrosão.

1.4.2. Fogões Industriais e Fornos INMETRO: Fogões e fornos devem ter certificação que garanta a segurança contra riscos de incêndio e vazamentos de gás, além de serem energeticamente eficientes. ANVISA: Equipamentos que operam em altas temperaturas devem ser projetados para fácil limpeza e manutenção, reduzindo o acúmulo de resíduos e garantindo um ambiente livre de contaminantes.

1.4.3. Liquidificadores Industriais, Trituradores e Processadores de Alimentos INMETRO: Estes aparelhos precisam de certificação quanto à segurança de operação, com atenção a componentes elétricos e resistência das lâminas. Também devem ser ergonômicos e duráveis.

ANVISA: Todos os itens em contato com alimentos sejam de materiais aprovados para uso alimentar, facilmente desmontáveis para limpeza e manutenção.

1.4.4. Balcões e Mesas em Aço Inox

ANVISA: O aço inoxidável é o material recomendado para cozinhas industriais devido à resistência à corrosão e facilidade de limpeza. Devem ser construídos sem frestas e que suportam a carga necessária, evitando contaminação cruzada. INMETRO: Esses itens devem atender normas de segurança estrutural, com estabilidade adequada e resistência para uso contínuo em ambientes de alto movimento.

1.4.5. Exaustores e Sistemas de Ventilação

INMETRO: Os exaustores e ventiladores devem ter certificação de eficiência energética e segurança elétrica. ANVISA: Ventilação adequada é fundamental para a segurança alimentar, pois reduz o acúmulo de vapores e gorduras. Portanto, os exaustores devem facilitar a remoção de fumaça e odores, minimizando riscos de contaminação e mantendo a higiene.

1.4.6. Estufas e Banho-Maria INMETRO: Deve possuir certificação de segurança elétrica e o controle de temperatura, assegurando que mantém alimentos a temperaturas seguras e consistentes. ANVISA: A estufa deve garantir temperaturas ideais para evitar a proliferação de bactérias. As superfícies devem ser de materiais que suportem calor e que possam ser limpos regularmente sem deterioração.

1.5. Esses pontos de atenção previstos no item 1.4, estão baseados nas regulamentações do INMETRO e ANVISA, fato que ajuda a assegurar que os equipamentos comprados sejam seguros, econômicos e propiciem um ambiente de trabalho limpo e saudável.

1.6. Só será admitida a oferta dos produtos elétricos em geral que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia ENCE, na classe A, nos termos da Portaria INMETRO nº 234/2020, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

1.6.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, para comprovação de que pertence à classe exigida.

1.7. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

1.1.1 **Priorizar a aquisição de bens duráveis e de maior vida útil**, fabricados com materiais resistentes e adequados ao uso contínuo em ambiente institucional, de modo a reduzir a necessidade de substituições frequentes e a geração de resíduos sólidos;

1.1.2 **Exigir eficiência energética**, quando aplicável, com preferência para equipamentos que possuam selo de eficiência energética reconhecido (ex.: INMETRO, Procel ou equivalente), visando à redução do consumo de energia elétrica e dos custos operacionais ao longo do ciclo de vida dos bens;

1.1.3 **Dar preferência a produtos fabricados com materiais recicláveis ou reciclados**, ou que possibilitem reciclagem ao final de sua vida útil, bem como àqueles que apresentem menor impacto ambiental em sua produção, transporte e descarte;

1.1.4 **Utilizar embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis**, evitando, sempre que possível, o uso excessivo de plásticos não recicláveis, em consonância com as boas práticas ambientais;

1.1.5 **Exigir que os produtos atendam às normas ambientais e de segurança vigentes**, incluindo restrições ao uso de substâncias perigosas ou nocivas ao meio ambiente e à saúde dos usuários, quando aplicável;

1.1.6 **Priorizar fornecedores que adotem práticas de responsabilidade ambiental**, observadas as exigências legais, sem prejuízo à competitividade e à isonomia do certame.

Os requisitos acima serão observados de forma proporcional e compatível com o objeto da contratação, não implicando restrição indevida à competitividade, conforme os princípios da razoabilidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Indicação de marcas ou modelos

- 4.2. Na presente contratação **não será admitida a indicação de marca ou modelo específico**, devendo os bens ofertados atenderem integralmente às especificações técnicas, funcionais e de desempenho descritas neste Termo de Referência, garantindo a equivalência de qualidade, eficiência e adequação ao uso pretendido, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Da vedação de contratação de marca ou produto

- 4.3. Indeferido.

Da exigência de amostra

- 4.4. Não será exigida a apresentação de amostras dos itens licitados.
- 4.5. A dispensa da exigência de amostra justifica-se pelo fato de que as especificações técnicas dos materiais encontram-se claramente definidas no Termo de Referência, sendo suficientes para a adequada caracterização do objeto e para a avaliação da conformidade das propostas apresentadas.
- 4.6. Ademais, trata-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de qualidade, desempenho e funcionalidade são amplamente conhecidos e disponíveis no mercado, podendo a verificação do atendimento às especificações ocorrer no momento do recebimento definitivo dos materiais, por meio de conferência técnica, documental e física, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 4.7. Ressalta-se, ainda, que a exigência de amostras poderia acarretar ônus desnecessário aos licitantes e à Administração, sem ganho proporcional à segurança da contratação, podendo restringir a competitividade do certame, em afronta aos princípios da isonomia, razoabilidade e economicidade.

- 4.8.

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.9. Não será exigida a apresentação de Carta de Solidariedade.
- 4.10. A dispensa da referida exigência fundamenta-se no fato de que o objeto da contratação consiste na aquisição de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, cujas especificações técnicas estão claramente definidas no Termo de Referência, sendo suficiente a responsabilidade direta da empresa contratada pelo fornecimento, garantia e conformidade dos materiais.
- 4.11. A exigência de Carta de Solidariedade, neste caso, poderia representar restrição indevida à competitividade do certame, em afronta aos princípios da isonomia, da ampla concorrência e da economicidade, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

- 4.12. *A Administração realizará a verificação da conformidade dos materiais no momento do recebimento definitivo, podendo exigir a substituição de itens em desacordo com as especificações, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.*

Subcontratação

- 4.13. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

- 4.14. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

- 4.15. *Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.*

Margem de Preferência:

- 4.16. *Não será utilizado margem de preferência.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados a partir da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.*
- 5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*
- 5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço 47° BATALHÃO DE INFANTARIA (47° BI), localizado na Margem da Rodovia BR 163, KM 729, Vila São Paulo, Coxim-MS, CEP: 79400-000, no Aprovisionamento do 47° BI*

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*
- 5.5. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*
- 5.6. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*
- 5.7. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

- 5.8. *Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*
- 5.9. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*
- 5.10. *Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **02 (dois)** dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.*
- 5.11. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*
- 5.12. *Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.*
- 5.13. *Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.*
- 5.14. *O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.*
- 5.15. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

- 6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- 1.1.7 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 1.1.8 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 1.1.9 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 1.1.10 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 1.1.11 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 1.1.12 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 1.1.13 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1.1.14 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.1.15 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.1.16 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

1.1.17 Multa:

1.1.17.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1%** (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias*

7.2.1.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*7.2.4.2.2 **Compensatória**, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação, conforme a gravidade da infração e o prejuízo causado à Administração.*

*7.2.4.2.3 **Compensatória**, para a **inexecução total do contrato**, prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

*7.2.4.2.4 **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

*7.2.4.2.5 **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação, quando o atraso injustificado comprometer a utilidade do objeto ou causar prejuízo relevante à Administração.*

*7.2.4.2.6 **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação, **ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea**, às quais poderão ser aplicadas penalidades em percentuais distintos, conforme a gravidade:*

7.2.4.2.7 entrega de material em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência;

entrega parcial do objeto sem justificativa aceita pela Administração;

não substituição de item recusado dentro do prazo estabelecido;

fornecimento de produto com qualidade inferior à proposta vencedora;

descumprimento de obrigações acessórias previstas no edital ou na Ata de Registro de Preços.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1.18 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

1.1.19 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

1.1.20 a natureza e a gravidade da infração cometida;

1.1.21 as peculiaridades do caso concreto;

1.1.22 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

1.1.23 os danos que dela provierem para o Contratante; e

1.1.24 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 1.1.25 o prazo de validade;
 - 1.1.26 a data da emissão;
 - 1.1.27 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 1.1.28 o período respectivo de execução do contrato;
 - 1.1.29 o valor a pagar; e
 - 1.1.30 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará

sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 1.1.31 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 1.1.32 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

- 8.27. *Não haverá antecipação de pagamento.*
- 8.28. *O pagamento somente será realizado após a efetiva entrega dos materiais, devidamente recebidos de forma definitiva pela Administração, mediante comprovação da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos do processo, nos termos dos arts. 141 e 145 da Lei nº 14.133/2021.*
- 8.29. *Tal medida visa resguardar o interesse público, assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e mitigar riscos financeiros à Administração, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e segurança jurídica.*

Cessão de Crédito

- 8.30. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 1.1.33 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 1.1.34 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 1.1.35 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento

pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

1.1.36 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.31. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/02/2026.

8.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma *ELETRÔNICA*, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1 *Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.*

Exigências de habilitação

- 9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo* de 5% do *valor total estimado da contratação*.
- 9.26. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.30. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

- 9.31. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade;*
- 1.1.37 *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*
- 9.32. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*
- 1.1.38 *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*
- 1.1.39 *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento

equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 508.694,15 (quinhentos e oito mil seiscientos e noventa e quatro reais e quinze centavos), conforme custos unitários apostos no Estudo Técnico Preliminar (ETP).*
- 10.2. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*
- 10.3. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*
- 1.1.40 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*
 - 1.1.41 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*
 - 1.1.42 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*
 - 1.1.43 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Coxim-MS, 09 de janeiro de 2026.

MURILO HENRIQUE MARTINS CATHARINO

CHEFE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

GUSTAVO TELES MEDEIROS

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO